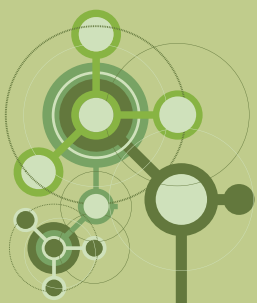


Caminhos da Comunicação Pública: o que esta edição nos revela

A Comunicação Pública, enquanto conceito e exercício cotidiano de atores e organizações, não é novidade. O termo vem sendo adotado pelo menos desde o processo de redemocratização no Brasil e busca-se, desde então, por ampliar as reflexões acadêmicas e implementar a sua prática cotidiana, ainda que muitas vezes essas duas vertentes não caminhem na mesma direção. O desencontro geralmente ocorre quando os pressupostos básicos normativos são negligenciados no mundo real – por exemplo, o compromisso fundamental com o atendimento ao interesse público. Em algumas situações, até mesmo aspectos essenciais como a transparência e a prestação de contas são desconsiderados, apesar da disponibilidade de informações e da disposição dos profissionais de comunicação para a ação. Além disso, também confunde-se Comunicação Pública com a simples promoção de atores políticos e divulgação institucional, o que amplia o distanciamento entre a definição teórica e o exercício da Comunicação Pública no dia a dia.

Por outro lado, o conceito e suas conexões ainda oferecem diversas possibilidades temáticas para a pesquisa acadêmica, especialmente no que diz respeito ao papel estratégico da Comunicação Pública na construção de melhores práticas no serviço público e na promoção de uma comunicação voltada à cidadania e à democracia. O investimento em estudos sistematizados e aprofundados sobre sua aplicação prática tem o potencial de fortalecer e expandir uma agenda de pesquisa mais robusta, diversificada e produtiva, contribuindo significativamente para o desenvolvimento do campo. Quando isso é considerado para melhorar a ação, pode gerar impacto no dia a dia do cidadão.

Neste dossiê especial da Organicom, as pesquisas destacam avanços teóricos e conceituais, ao mesmo tempo em que revelam os desafios e as experiências inerentes às práticas



da Comunicação Pública. Os artigos selecionados reúnem pesquisadores e pesquisadoras que têm se dedicado tanto à proposição de novas teorias quanto à análise, à luz da literatura, das manifestações da comunicação pública em diferentes instâncias e contextos. A partir deles é possível expandir os achados de Massuchin et al. (2023), que, em mapeamento da literatura, identificaram o desenvolvimento gradual do campo. Além disso, esses trabalhos ajudam a superar limitações e desafios enfrentados em pesquisas empíricas (Weber; Locatelli, 2022).

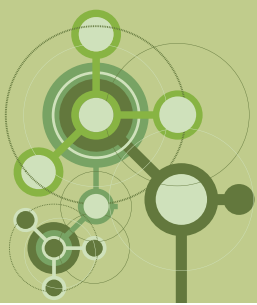
Com base no conjunto de contribuições desta edição, destacamos quatro reflexões. Primeiramente, os limitadores e problemas apontados, particularmente nas pesquisas empíricas, parecem resultar da ausência de uma Comunicação Pública institucionalizada, no âmbito das organizações públicas e políticas. Não é raro encontrar órgãos sem normativas estabelecidas para orientar as suas equipes de comunicação, especialmente em âmbito local. Além disso, a rotatividade de equipes ou problemas organizacionais frequentemente interrompem o fluxo de comunicação e o diálogo com os públicos. Dessa forma, muitos dos desafios decorrem da falta de institucionalização da prática da Comunicação Pública, frequentemente negligenciada por gestores públicos. Essa ausência de formalização contribui, além disso, para a instrumentalização em benefício de interesses particulares, políticos ou para a mera promoção da imagem institucional, acentuando ainda mais o distanciamento de seu propósito original.

Um segundo aspecto relevante é a necessidade de reconhecer que as pesquisas empíricas desenvolvidas nas últimas décadas mostram que as organizações recaem em interesses privados, no discurso desinformativo e não baseado em evidências científicas, além das ações que se encaminham na direção da comunicação e marketing político, deixando de lado a noção de interesse público, cara à perspectiva normativa do conceito. Ao desconsiderar isso, seguimos ancorando as pesquisas em um tipo ideal de Comunicação Pública que poucas vezes se identifica na prática. Ou seja, se por um lado o “modelo ideal” norteia o cotidiano, por outro o excesso de normatividade se sobrepõe aos achados constatados pela pesquisa empírica.

Mais do que apenas concluir sobre a presença ou ausência da Comunicação Pública conforme o modelo normativo, é essencial refletir e destacar o que tem sido efetivamente executado no contexto de suas práticas. Limitar-se a afirmar que as instituições não seguem um conceito teórico-normativo de Comunicação Pública não contribui para o entendimento de como essa comunicação, de fato, se manifesta nas organizações, inclusive porque elas são permeadas por uma diversidade de variáveis. Assim, compreender as ações cotidianas, a comunicação efetivamente estruturada e as dinâmicas que envolvem as equipes são aspectos fundamentais para promover avanços no campo.

O terceiro ponto vai em direção à necessidade de um esforço também para pensar a Comunicação Pública em termos teóricos, principalmente a partir do que se observa nas análises empíricas. Avançou-se consideravelmente em estudos de caso e análises de distintos tipos de organizações – públicas, privadas e do terceiro setor, além daquela comunicação que se institui entre tais. Porém, poucos desses esforços se transformaram ou trouxeram aportes teóricos amplos que pudessem repensar e redefinir – de forma crítica – o próprio conceito base de Comunicação Pública. Há, claro, esforços que trazem análises e ofertam avanços às perspectivas teóricas nos últimos anos, mas recorreremos – quase sempre – aos conceitos teorizados na primeira década do século XXI, nem sempre incorporando questões emergentes fundamentais para a atualidade. É o caso das tecnologias digitais, que trouxeram mudança nas formas de relação com os públicos e, até mesmo, em como se produz informação de modo rápido e eficiente; além do próprio fenômeno da desinformação, que não tem encontrado muitas instituições fortes em seu combate; das crises cada vez mais frequentes, sejam elas climáticas ou de saúde pública; e também da desconfiança que as próprias instituições do Estado têm visto crescer nas últimas décadas.

Por fim, destaca-se que uma visão qualificada e boas práticas de Comunicação Pública são essenciais em momentos de instabilidade ou crise. Situações como a pandemia de covid-19, campanhas de saúde pública ou até mesmo as enchentes no Rio Grande do Sul evidenciaram o papel crucial da comunicação nos fluxos tradicionais e digitais, seja na relação das



instituições com a imprensa, seja na produção contínua de conteúdos nas redes sociais. Contudo, é importante notar que, muitas vezes, sua relevância se torna mais evidente justamente pela sua ausência.

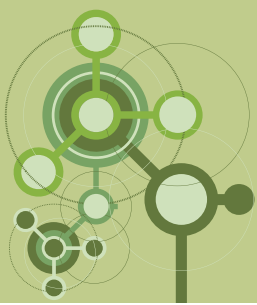
Quando as práticas de Comunicação Pública perdem seu espaço ou não o ocupam adequadamente, surgem lacunas no fluxo comunicacional, permitindo que conteúdos desinformativos ganhem visibilidade. Isso abre espaço para que outros atores ocupem o lugar de autoridade diante dos cidadãos, comprometendo a qualidade e a credibilidade das informações que chegam ao público e a interação da sociedade com o poder público. Se na última década atores não oficiais se sobrepuseram em termos de atenção do público (Santos Junior; Albuquerque, 2019), tal fenômeno parece também estar relacionado à perda de soberania da Comunicação Pública, especialmente de Estado. O mesmo acontece quando as instituições se omitem – não colocando em circulação com agilidade versões oficiais de fatos e acontecimentos, adaptadas e no formato adequado para despertar o interesse, esclarecer e orientar – dando margem para boatos e conteúdos, por vezes, contraditórios ou pouco confiáveis, dificultando, por exemplo, operações de resgate e ações contundentes de auxílio, como ocorreu em momentos cruciais no Rio Grande do Sul (Recuero, 2024).

Partindo dessas reflexões, o dossiê intitulado *Comunicação Pública e Cidadania* se apresenta com 16 artigos, três entrevistas e dois depoimentos. Sua edição contou com a colaboração da Associação Brasileira de Comunicação Pública (ABCPública), entidade com apenas sete anos de criação, mas já com presença em todos os estados brasileiros e mais de 370 associados.

A organização da edição se dá em duas partes, sendo a primeira preocupada em discutir atualizações e abordagens conceituais – especialmente a conexão com outros conceitos e com as dinâmicas da tecnologia digital – e a segunda direcionada às análises empíricas que fortalecem as discussões teóricas previamente apresentadas.

O artigo intitulado “Abordagens teóricas e definições mínimas na pesquisa em Comunicação Pública: construindo o conceito de Comunicação Pública de Estado”, de Edna Miola e Francisco Paulo Jamil Marques, apresenta-se como um esforço teórico fundamental para pensar a Comunicação de Estado, direcionando o texto para marcadores que possam tornar o conceito mais claro. Na sequência, Danilo Rothberg propõe uma discussão sobre aspectos da desinformação e a necessidade de repensar o conceito de Comunicação Pública neste contexto no artigo “(Re)conceituando a comunicação pública para enfrentar a desinformação”. O terceiro texto, de Laura Pimenta, que tem como título “Reflexões sobre as tensões do conceito de Comunicação Pública: erosão democrática, fragmentação da esfera pública e horizontes comuns” oferece um esforço para pensar o recente cenário democrático brasileiro. Carlos Locatelli, Ana Javes Luz e Caroline Pecoraro escrevem o artigo “Comunicação Pública e transparência: questões conceituais para pesquisa e gestão” para abordar a interpretação da literatura sobre essa conexão teórica.

No segundo eixo estão os textos que trazem análises de cenários empíricos. O primeiro deles, “Diálogo e cinismo sobre as tragédias de Mariana e Brumadinho: a comunicação estratégica das organizações responsáveis”, é de autoria de Fiorenza Zandonade Carnielli e oferece uma discussão sobre a comunicação cínica no âmbito das organizações e da comunicação que produzem. Seguindo, “A Esfera Pública Hiperconectada e suas implicações na Comunicação Pública Contemporânea”, escrito por Tiago Mainieri e Eva Arantes Ribeiro, discute a interface entre Comunicação Pública e a relação com as tecnologias a partir das lives de Jair Bolsonaro. No eixo das iniciativas em prol da contensão da desinformação, Pamela Pinto, Sarah Lopes Salomão e André Gonçalves da Silva Bezerra contribuem com o artigo “O SUS e a encruzilhada da desinformação sobre saúde: estratégias do contexto pós-pandêmico”. Observando o cenário da pandemia e o papel dos movimentos sociais nos processos de Comunicação Pública, o dossiê apresenta o artigo “Comunicação Pública e movimentos sociais: práticas para construção da cidadania na pandemia de covid-19”, de Caroline Kraus Luvizotto, Alana Nogueira Volpato e Kárita Emanuelle Ribeiro Sena.



Na interface com o legislativo, tem-se o texto “Avaliação institucional da política de transparência da Assembleia Legislativa do Ceará: percepções dos deputados e servidores”, escrito por Antônio Teixeira de Barros, Maria Érica de Oliveira Lima e Willber da Silva Nascimento. Rayza Sarmento contribui com o dossiê a partir do artigo “Comunicação e ativismo institucional na Amazônia: análise das coordenadorias de gênero e raça em Belém”, propondo uma conexão entre ativismo e a comunicação institucional. A Comunicação Pública incorporada pelas universidades é tema do artigo “Políticas de Comunicação Pública e Universidades: UFG e UFSM em análise”, de Daiana Stasiak e Jaqueline Kegler. Ainda sobre instituições de ensino, “Comunicação Pública, emoções e afetos: estratégias de comunicação de universidades federais no Instagram”, de Sendi Chiapinotto Spiazzi e Rejane de Oliveira Pozobon, analisam a Comunicação Pública na área da educação pelo viés estratégico.

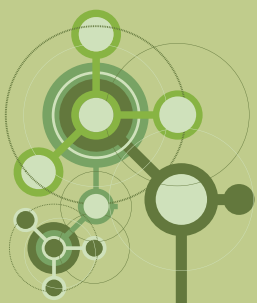
“Desafios e aprendizados da comunicação pública na pandemia de covid-19: o caso de uma instituição do Estado Português” foi escrito por Cristiane d’Avila Lyra Almeida e é uma contribuição sobre o cenário internacional no âmbito da Comunicação Pública da Ciência. Conectando Brasil e Canadá, Adriano de Oliveira Sampaio discute a intersecção da Comunicação Pública com aspectos da deliberação e da cultura em cidades de dois países no texto intitulado como “Cultura, comunicação pública e cidadania. Práticas de deliberação cidadã no campo das Artes/Cultura (Brasil-Canadá)”. José Agnaldo Montesso Júnior faz uma análise sobre como as gestões públicas de pequenas cidades usam as redes sociais no texto “A Comunicação Pública nos desertos de notícia: uma análise a partir de 25 municípios brasileiros”. O último artigo deste dossiê, “Comunicação Pública nos municípios brasileiros: canais, serviços e atendimento ao cidadão”, de Ana Marusia Pinheiro Lima, Armando Medeiros de Faria e Paulo Eduardo Palma Beraldo apresenta um panorama dos serviços comunicacionais remotos oferecidos pelas prefeituras nos 5.570 municípios brasileiros.

O dossiê também é composto pela seção de entrevistas, na qual três especialistas falam sobre iniciativas e contribuições importantes para a compreensão do cenário da Comunicação Pública no Brasil. Trouxemos para o debate sobre o tema Bob Vieira da Costa, que atua na produção de comunicação voltada ao interesse público, com extensa experiência na área profissional; Cláudia Lemos, presidenta da ABCPública no momento da entrevista, que falou sobre a centralidade da associação para pensar aspectos do exercício da profissão dos comunicadores públicos; e, por fim, Maria Helena Weber, coordenadora do Observatório da Comunicação Pública (OBCOMP), uma iniciativa que mescla tanto a produção científica quanto a análise e crítica de fenômenos cotidianos atravessados pela Comunicação Pública. As entrevistas foram conduzidas por Larissa Gonçalves de Moraes, Naiza Comel e Paula Andressa de Oliveira, respectivamente.

Para concluir, a seção de depoimentos traz a transcrição de uma palestra de Pierre Zémor feita na Escola Nacional de Administração Pública (Enap), em 2009. O conjunto, que inclui uma contextualização feita por Jorge Duarte, é intitulado como “Experiência francesa impulsiona o debate sobre comunicação pública no Brasil”. Encerrando a edição, tem-se o texto sobre a experiência de Juan Camilo Jaramillo López, “El efecto Tabla Redonda”.

Desejamos uma ótima leitura e esperamos que o dossiê suscite questões de pesquisa e interesse pela agenda de Comunicação Pública que, cada vez mais, tem se mostrado ampla, diversificada e fundamental em um cenário comunicacional tão complexo e dinâmico.

Michele Goulart Massuchin
Jorge Duarte



REFERÊNCIAS

MASSUCHIN, Michele *et al.* A Comunicação Pública no campo da pesquisa em Comunicação: aspectos teóricos e empíricos da produção científica brasileira (2013-2022). *Contracampo: Brazilian Journal of Communication*, Niterói, v.42, n.3, p.1-17, 2023.

RECUERO, Raquel. A desinformação nas crises e a tragédia no RS. *Medium*, 7 maio 2024. Disponível em: <https://medium.com/@raquelrecuero/a-desinforma%C3%A7%C3%A3o-nas-criises-e-a-trag%C3%A9dia-no-rs-de8d07784e8b>. Acesso em: 3 out. 2024.

SANTOS JUNIOR, Marcelo Alves dos; ALBUQUERQUE, Afonso de. Perda da hegemonia da imprensa-a disputa pela visibilidade na eleição de 2018. *Lumina*, Juiz de Fora, v. 13, n. 3, p.5-28, 2019.

WEBER, Maria Helena; LOCATELLI, Carlos. Realidade e limites da pesquisa empírica em comunicação pública. *MATRIZES*, São Paulo, v.16, n.1, p.141-159, 2022.